



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

Direção Nacional de Assessoria
Jurídica e Legislação - DNAJL

PARLAMENTO NACIONAL
LEI N.º 1/2006 de
8 de Fevereiro
LIBERDADE DE REUNIÃO E DE
MANIFESTAÇÃO

A liberdade de reunião e de manifestação integra o núcleo dos direitos, liberdades e garantias pessoais que a Constituição da República consagra, no âmbito mais alargado dos direitos, deveres, liberdades e garantias fundamentais do cidadão timorense.

As liberdades fundamentais consagradas ao cidadão, enquanto ser individual, são intrínsecas à natureza e dignidade humanas e não-de exercer-se nos limites consignados na lei, por forma a que se harmonizem os interesses legítimos do cidadão-indivíduo com os interesses dos demais cidadãos que integram o colectivo social em que o indivíduo exercita os seus direitos e liberdades, de molde a não interferir nem ofender as liberdades e os direitos dos seus concidadãos.

Outrossim, importa que o Estado garanta as condições do exercício de tais liberdades por forma a que a cultura democrática se implante como *modus vivendi*, sem anarquia ou atropelos dos direitos de todos e de cada um.

É essencial permitir aos cidadãos timorenses o exercício do direito de reunião e de manifestação pacíficas, ao mesmo tempo que se garante a ordem e a tranquilidade públicas, com o Estado a salvaguardar os manifestantes contra terceiros que queiram impedir ou perturbar o exercício das liberdades de reunião e de manifestação, constitucionalmente garantidas.

PARLAMENTU NASIONAL
LEI N.º 1/2006
8 Fevereiro
LIBERDADE BA RENIAUN NO
MANIFESTASAUN

Liberdade ba reuniaun no manifestasaun integra núkleu hosi direitu, liberdade no garantia ema nian ne'ebé Konstituisaun Repúblika konsagra, tuir ámbitu ne'ebé luan liu kona-ba direitu, devér, liberdade no garantia fundamentál sira sidadaun timór nian.

Liberdade fundamentál sira ne'ebé konsagra ona, bainhira nu'udar individuu, sai íntimu ba natureza no dignidade ema nian no sei ezerse tuir limití sira ne'ebé konsagra iha lei, liuhosi forma ida ne'ebé armoniza interese lijítimu sira sidadaun-individuu nian ho interese sira hosi sidadaun hirak seluk ne'ebé integra kolektivu sosiál ne'ebé individuu hala'o ninia direitu no liberdade, ho modelu ida ne'ebé la interfere satán ofende liberdade no direitu sidadaun nian.

Ho nune'e, importante ba Estadu atu garante kondisaun hodi ezerse liberdade hirak-ne'ebá liuhosi kultura demokrátika ne'ebé kuda hanesan *modus vivendi*, laho iha anarkia ka soke fali direitu sidadaun hotu-hotu nian no ida-idak nian.

Importante tebes duni ba sidadaun timór nian atu hala'o ninia direitu ba manifestasaun ho pasífika, ho tempu hanesan atu garante onden no hakmatek iha públiku, ho Estadu salvaguarda manifestante sira hosi ema seluk ne'ebé hakarak impede ka pertuba hodi ezerse liberdade ba reuniaun no manifestasaun, ne'ebé garante iha konstituisaun.

Importa, pois, delimitar por lei as formas por que o exercício de tais liberdades se regula, assegurando a sua concretização.

Assim, o Parlamento Nacional decreta, nos termos dos artigos 24.º, 42.º e 95.º, n.º 2, alínea e), da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Objecto

1. A presente lei tem por objecto definir o regime jurídico a que deve obedecer o exercício do direito à liberdade de reunião e de manifestação em lugares públicos e abertos ao público.
2. As reuniões privadas não obedecem a estas normas quando realizadas em local fechado e mediante convites individuais.
3. As reuniões e manifestações de carácter religioso e as reuniões eleitorais também não obedecem a estas normas, regulando-se por legislação específica.

Artigo 2.º
Reunião

1. Por “reunião” entende-se o ajuntamento de várias pessoas pré-ordenadas, em lugares públicos, abertos ao público ou particulares, para fins não contrários à lei, à moral, ao direito das demais pessoas e à ordem e tranquilidade públicas.
2. As reuniões têm carácter temporário, organizado e não institucionalizado.

Artigo 3.º
Manifestação

1. Entende-se por “manifestação” a expressão pública e colectiva de opiniões ou sentimentos sobre assuntos políticos, sociais ou outros.
2. A manifestação pode abranger o comício, o desfile e o cortejo devidamente organizados.

Ne'e be, importante atu liuhosi lei delimita hodi regula forma sira ba ezerse liberdade hirak-ne'ebá, no asegura ninia konkretizasaun.

Nune'e, Parlamentu Nasionál dekreta, tuir artigu 24.º, 42.º no 95.º, n.º 2 alínea e) Konstituisaun Repúblika nian atu hetan kmanek nu'udar lei, tuirmai:

Artigu 1.º
Objetu

1. Lei ida-ne'e nia objetu maka defini rejime jurídku ne'ebé tenke obedese hodi hala'o direitu ba liberdade reuniaun no manifestasaun iha fatin públiku no nakloke ba públiku.
2. Reuniaun privada sira la obedese norma sira-ne'e bainhira realiza iha fatin ne'ebé taka no liuhosi konvite individuál.
3. Reuniaun no manifestasaun ho karatér relijiozu no reuniaun ba eleisaun nian mós la obedese norma sira-ne'e, regula hosi lejizlasaun rasik.

Artigu 2.º
Reuniaun

1. “Reuniaun” nu'udar ajuntamento hosi ema oioin ne'ebé ordenadu ona, nakloke ba públiku ka partikulár, ho objetivu ne'ebé la kontra lei, morál, no direitu ema seluk nian no orden no hakmatek iha públiku.
2. Reuniaun iha karatér temporáriu, organizado no la lori instituisaun nia naran.

Artigu 3.º
Manifestasaun

1. “Manifestasaun” nu'udar espresaun públika no opiniaun ka sentimentu hamutuk nian kona-ba asuntu públiku, sosiál ka buat hirak seluk.
2. Manifestasaun bele abranje komísiu, desfile no korteju ne'ebé organizado.

Artigo 4.º

Liberdade de reunião e manifestação

1. Todos os cidadãos podem exercer, nos termos da presente lei e sem necessidade de autorização prévia, o seu direito de reunião e de manifestação, de forma pacífica e sem armas.
2. Ninguém pode ser obrigado a tomar parte numa reunião ou numa manifestação.

Artigo 5.º

Restrições

1. É proibida a realização de reuniões e manifestações em lugares públicos ou abertos ao público situados a menos de 100 metros dos recintos onde estão sediados os órgãos de soberania, as residências oficiais dos titulares dos órgãos de soberania, as instalações militares e militarizadas, os estabelecimentos prisionais, as sedes das representações diplomáticas e consulares e as sedes dos partidos políticos.
2. É igualmente proibida a realização de manifestações num espaço a menos de 100 metros dos portos, aeroportos, instalações de telecomunicação, centrais de produção de energia eléctrica, depósitos e locais de armazenamento de água, combustível e material inflamável.

Artigo 6.º

Limitação de tempo

As manifestações só podem ter lugar entre as 8 e as 18 horas e 30 minutos.

Artigo 7.º

Interrupção

As reuniões ou manifestações organizadas em lugares públicos ou abertos ao público podem ser interrompidas por determinação da autoridade policial, que deverá dar imediato conhecimento à autoridade civil competente, se se verificar desvio da sua finalidade inicial pela prática de actos contrários à lei ou que violem as restrições referidas no artigo 5.º da presente lei.

Artigo 4.º

Liberdade ba reuniaun no manifestasaun

1. Sidadaun hotu-hotu bele ezerse, haktuir lei ida-ne'e no laho presiza ho autorizasaun prévia, sira-nia direitu ba reuniaun no manifestasaun ho forma pasífika no laho arma.
2. La bele obriga ema ida atu hola-parte iha reuniaun ka manifestasaun.

Artigo 5.º

Restrisaun

1. Bandu atu realiza reuniaun no manifestasaun iha fatin públiku ka nakloke ba publiku menús hosi metru 100 hosi fatin ne'ebé lokaliza sede órgaun soberania nian, rezidénsia ofisiál titular órgaun soberanian nian, instalasaun militar no militarizada, estabesimentu prizionál, sede representasaun diplomátika no konsular no sede partidu polítiku.
2. Bandu mós atu realiza manifestasaun iha fatin ne'ebé menús hosi metru 100 hosi portu, aeroportu, instalasaun telekomunikasaun, sentral ba produsaun enerjia eléctrica, depóztu no fatin armazenamentu bee nian, komustivel no material inflamavel.

Artigo 6.º

Limitasaun ba tempu

Manifestasaun bele hala'o iha oras 8 to'o18 no minutu 30 nia laran.

Artigo 7.º

Interrupsaun

Bele interrompe manifestasaun no reuniaun ne'ebé organiza iha fatin públiku ka nakloke ba publiku liuhosi determinasaun autoridade polisiál nian, ne'ebé tenke fó uluk koñesimentu ba autoridade sivíl competente, bainhira haree katak halai sees hosi ninia finalidade inisiál liuhosi prátika ba aktu hirak ne'ebé kontra lei ka sakar restrisaun sira ne'ebé temi iha artigo 5.º lei ida-ne'e nian.

Artigo 8.º

Garantias do exercício das liberdades

As autoridades civis e policiais devem garantir o livre exercício do direito à liberdade de reunião e de manifestação, ordenando a comparência e a permanência de representantes ou agentes seus nos locais pertinentes e tomando as necessárias providências para que o exercício desses direitos decorra sem perturbações, designadamente sem a interferência de contra-manifestações.

Artigo 9.º

Manutenção da ordem em recinto fechado

1. Os promotores de reuniões e de manifestações em lugares fechados são responsáveis, nos termos legais, pela manutenção da ordem no respectivo recinto, quando não solicitem a presença de agentes policiais.
2. Os agentes da autoridade não podem estar presentes em reuniões ou manifestações realizadas em recintos fechados, a não ser que a sua presença tenha sido solicitada pelos promotores do evento.

Artigo 10.º

Aviso prévio

1. As pessoas ou entidades que pretendam realizar reuniões ou manifestações em lugares públicos ou abertos ao público devem avisar, por escrito, do seu propósito, com a antecedência mínima de quatro dias úteis, as autoridades civis e policiais da área.
2. O aviso deve ser assinado por cinco promotores convenientemente identificados pelo nome, morada e profissão ou, tratando-se de pessoas colectivas, pelos respectivos órgãos de direcção.
3. O aviso deve conter ainda obrigatoriamente a indicação da hora, local e objecto da reunião e, tratando-se de cortejo, desfile ou manifestação, a indicação do trajecto a seguir.

Artigo 8.º

Garantia ba ezerse liberdade

Autoridade sivil no polísiál tenke garante atu hala'ó ho livre direito ba liberdade reuniaun no manifestasaun, ordenadu ba komparénsia no permanénsia reprezentante ka ajente nian iha fatin pertinente no foti providénsia nesesária sira atu ezerse direito ne'e laho iha perturbasaun, liuliu interferénsia kontra-manifestasaun.

Artigo 9.º

Manutensaun ba orden iha fatin ne'ebé taka ba públiku

1. Promotór ba reuniaun no manifestasaun iha fatin ne'ebé taka ba públiku maka iha responsabilidade atu, haktuir lei, halo mantein orden iha fatin, bainhira la husu prezensa polísia nian.
2. Ajente sira autoridade nian la bele marka prezensa iha reuniaun ka manifestasaun ne'ebé hala'ó iha fatin ne'ebé taka ba públiku, exetu promotór eventu nian husu sira-nia prezensa.

Artigo 10.º

Avizu préviu

1. Ema no entidade sira ne'ebé hakarak realiza reuniaun ka manifestasaun iha fatin públiku ka nakloke ba públiku tenke fó avizu, liuhosi hakerek, kona-ba ninia propóztu ho antesendénsia mínima loron haat util nia laran, ba autoridade sivil no polísia iha área nian.
2. Iha avizu ne'e tenke asina hosi promotór na'in lima ne'ebé tau ho sira-nia naran, hela-fatin no profisaun ka, bainhira kona-ba ema-koletiva, tenke asina hosi ninia órgaun sira díresaun nian.
3. Iha avizu ne'e tenke tau ho obrigatóriu indikasaun ba oras, fatin no objetu reuniaun nian no, bainhira kona-ba kortēju, desfile ka manifestasaun, tenke tau ho indikasaun ba trajetu ne'ebé atu tuir.

4. As entidades que receberem o aviso devem emitir documento comprovativo da sua recepção, nos devidos termos.

Artigo 11.º

Decisão de restrição

1. A decisão de restrição nos termos do artigo 5.º deve ser fundamentada e notificada por escrito aos promotores, na morada por eles indicada, no prazo de dois dias a contar da recepção do aviso pelas autoridades.
2. A falta de notificação no prazo indicado faz presumir que não existe qualquer objecção à realização da reunião ou manifestação.
3. A decisão de restrição compete à autoridade civil e policial da área.

Artigo 12.º

Alteração do trajecto

1. As autoridades podem, se se mostrar aconselhável ao bom ordenamento do trânsito de pessoas e de veículos nas vias públicas, alterar os trajectos programados ou determinar que os desfiles e os cortejos se façam só por metade da faixa de rodagem.
2. A ordem de alteração do trajecto é dada por escrito aos promotores, com a antecedência de dois dias, em relação ao início do desfile ou cortejo.

Artigo 13.º

Lugares públicos

As autoridades civis e policiais devem definir determinados lugares públicos, devidamente identificados e delimitados, para a realização de reuniões ou manifestações.

Artigo 14.º

Porte ilegal de armas

1. É proibido o porte de armas brancas ou de fogo e outras em reuniões e manifestações.
2. As pessoas que forem encontradas com armas brancas, de fogo ou outras em

4. Entidade sira ne'ebé simu avizu tenke fô-sai dokumentu komprovativu resesaun nian, haktuir lei.

Artigo 11.º

Desizaun kona-ba restrisaun

1. Desizaun kona-ba restrisaun haktuir artigo 5.º tenke fundamenta no notifika ho hakerek ba promotór sira, iha hela-fatin ne'ebé sira indika, iha prazu loron rua nian laran, sura hosi simu avizu hosi autoridade sira.
2. Bainhira la iha notifikasaun tuir prazu ne'ebé indika ona, prezumi katak la iha objesaun ba realizasaun reuniaun ka manifestasaun.
3. Desizaun kona-ba restrisaun nu'udar kompeténsia autoridade sivíl ka polísiál iha área ne'ebá nian.

Artigo 12.º

Alterar trajeteto

1. Autoridade sira, bainhira haree katak di'ak ba ordenamentu tránzitu ema nian no transporte iha dalan pública, bele muda trajeteto ne'ebé programa ona ka determina desfile no korteju atu uza de'it metade estrada.
2. Orden alterasaun nian sei fó ho hakerek ba promotór sira, ho antesendénsia loron rua, molok hahú desfile ka korteju.

Artigo 13.º

Fatin públiku

Autoridade sivíl no polísiál tenke defini fatin públiku hirak ne'ebé, identifika no limita ona, atu hala'o reuniaun ka manifestasaun.

Artigo 14.º

Lori arma ilegál

1. Bandu atu lori arma branka ka fogu no arma hirak seluk iha reuniaun no manifestasaun.
2. Ema hirak ne'ebé haree-hetan ho arma branka, fogu ka arma seluk iha reuniaun no

reuniões e manifestações incorrem no crime de posse ilegal de armas previsto e punido pelo n.º 4 do artigo 4.º do Regulamento da UNTAET n.º 5/2001, de 23 de Abril, sem prejuízo de outras penas que ao caso couber.

Artigo 15.º **Outros crimes**

1. Quem interferir em reunião ou manifestação impedindo ou tentando impedir a sua realização incorre no crime de desobediência previsto e punido pelo artigo 160.º do Código Penal.
2. Todos os que se reunirem ou se manifestarem com violação do disposto na presente lei incorrem igualmente no cometimento do crime de desobediência previsto e punido pelo dispositivo legal referido no número anterior.
3. As autoridades que impeçam ou tentem impedir, fora do condicionalismo legal, o exercício do direito de reunião ou de manifestação incorrem no crime de abuso de autoridade punido pelo artigo 421.º do Código Penal e ficam sujeitas a responsabilidade disciplinar.

Artigo 16.º **Recurso**

1. Da decisão das autoridades, tomada com violação do disposto na presente lei, cabe recurso para os tribunais, a interpor, pelos promotores da reunião ou manifestação, no prazo de cinco dias a contar da data da notificação.
2. Da decisão dos tribunais cabe sempre recurso para o Supremo Tribunal de Justiça.

Artigo 17.º **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal da República*.

manifestasaun hetan krimi pose ilegál ba arma ne'ebé prevee ona no pune hosi artigu 4.º artigu 4.º Reglamentu UNTAET n.º 5/2001, 23 Abril, laho prejudika pena hirak seluk ne'ebé bele inklui hotu.

Artigu 15.º **Krimi hirak seluk**

1. Sé maka interfere hodi impede tiha reuniaun no manifestasaun ka tenta impede realizaun reuniaun ka manifestasaun hetan krimi dezobediénsia ne'ebé prevee no pune hosi artigu 160.º Kódigu Penál nian.
2. Ema sira ne'ebé halo reuniaun ka manifestasaun ho sakar saida maka hakerek iha lei ida-ne'e hetan mós konsentimentu ba krimi dezobediénsia ne'ebé prevee no pune iha dispozitu legál ne'ebé refere iha número liubá.
3. Autoridade sira ne'ebé impede no tenta impede, la haktuir kondisaun legál, hodi ezerse direitu ba reuniaun ka manifestasaun hetan krimi abuzu-autoridade pune hosi artigu 421.º Kódigu Penál nian no sujeita ba responsabilidade dixiplinár.

Artigu 16.º **Rekursu**

1. Kona-ba desizaun autoridade nian, ne'ebé foti ho sakar saida maka hakerek iha lei ida-ne'e, bele halo rekursu ba tribunál, ne'ebé sei interpoin hosi promotór ba reuniaun ka manifestasaun, ho prazu loron lima, sura hosi data notifikasaun.
2. Kona-ba desizaun tribunál nian, bele halo rekursu ba Supremu Tribunál Justisa.

Artigu 17.º **Hahú hala'o knaar ho kbiit legál**

Lei ida-ne'e hahú vigora iha loron tatuir ninia publikasaun iha *Jornál República*.

Aprovada em 18 de Julho de 2005

O Presidente do Parlamento Nacional

Francisco Guterres “Lu-Olo”

Promulgado em 16 de Janeiro de 2006.

Publique-se,

O Presidente da República

Kay Rala Xanana Gusmão

Aprova iha 18 Jullu 2005

Prezidente Parlamentu Nasionál

Francisco Guterres “Lu-Olo”

Promulga iha 16 Janeiru 2006.

Bele publika,

Prezidente Repúblika

Kay Rala Xanana Gusmão